

A crise norte-americana: inovações versus ortodoxia na construção de uma nova ordem econômica internacional

The North-American crisis: innovations versus orthodoxy in the construction of a new international economic order

JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 23 a 25]

A crise norte-americana, que deve ser vista como global, alcança agora com ímpetos a sua fase secundária, qual seja a de provocar impactos diferenciados em outras economias hemisféricas, porém, com mais intensidade nas periféricas, cuja dependência da dinâmica dos fluxos de capitais continua, além de notória, ameaçadora ao funcionamento dos mercados financeiros e de commodities.

Neste momento, algumas autoridades monetárias de diferentes quadrantes tentam igualar a atual crise com a ocorrida em 1929, inclusive, em seus efeitos catastróficos. Mas, pelo andar da carruagem – há mais de um ano –, que se acompanha pela imprensa turbulências da economia norte-americana, a crise ainda não motivou ondas suicidas nos ciclos financeiros e nem na massa de vitimados contribuintes, causando apenas divergências entre pontos de vista dos *decision-makers* que administram o *affair*.

A crise de 1929 pôs o sistema capitalista em xeque; uma crise de oferta, esperada, com conotações estruturais e, apesar de cifras inferiores às atuais – prejuízos próximos de apenas US\$ 30 bilhões a serem socializados entre agentes de nacionalidades diversas – sua recuperação foi acelerada a partir de 1933, valorizando, inclusive a idéia de planejamento, bem como a da inserção do Estado na economia, um dos sérios triunfos do *keynesianismo*. Esse quadro beneficiaria Roosevelt

com mais de uma reeleição para a presidência dos EUA (1933-1945), pelas graças do triunfo do *New Deal*, que além de incentivar a demanda agregada, provocaria sérias alterações nos níveis do emprego, do consumo e da tributação, além de outorgar ao Estado funções inovadoras no contexto econômico.

A quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 surgiu da falência continuada dos setores básicos da economia norte-americana motivada pelo crescimento acelerado da produção, pela concorrência européia do pós-guerra (1914-1918) aliada à queda de salários, pelo crescimento da bolha especulativa e, dentre outros fatores, a lentidão das autoridades monetárias em socorrer o mercado interno. Após 1933, quando a maioria dos impactos já tinha sido sanada, veio o triunfo do capitalismo como sistema, quando, à mobilidade de seus agentes foi creditada a maior parcela meritória.

Desta feita, a *monopolaridade*, o envolvimento prolongado em assuntos de segurança externa (Afeganistão e Iraque), os sucessivos efeitos da “regulamentação financeira”, o déficit comercial, a magnitude dos gastos públicos e o crescimento e a inadimplência de alguns setores internos sem o devido respaldo da respectiva liquidez inflaram a bolha republicana. Desta forma, conduziram de forma rápida a economia americana a uma auto-dependência de capitais líquidos para a manutenção

* Doutor em História das Relações Internacionais e professor de Formação Política e Econômica da América Latina e do Brasil; professor voluntário do curso de Relações Internacionais e pesquisador colaborador do Centro Integrado de Ordenamento Territorial – CIORD da Universidade de Brasília – UnB (machadoneto@br.inter.net).

e/ou crescimento dos negócios, criando instabilidade monetária, incertezas e riscos de mercados bem superiores aos eclodidos nas décadas de 1930 e 1980. Portanto, a gênese da crise atual diferencia-se claramente das origens da crise de 1929-1933, porém, seus impactos já são igualmente globais.

Bancos de diversos matizes, bolsas de valores e empresas conglomeradas, tanto nos EUA, como na Europa e na Ásia já começaram a arcar com sérios prejuízos, muitos fechando suas portas, outros salvando-se mediante fusões e incorporações, independentemente da nacionalidade dos capitais aportados, pois a *Wall Street* ainda continua como a *Babel* do capital. Particularmente na América Latina, tendo em vista que a maioria das transferências de moeda estrangeira é quase que unilateral, isto é, em quase sentido único, os impactos destrutivos têm marcha lenta, porém crescente e inibidora do crescimento, transferindo para um breve futuro as mais sérias conseqüências, como se já existisse um *gradualismo* conhecido e aceito por todos.

Diagnósticos são diários e, quase todos, direcionados para apontar o mercado imobiliário como responsável pela crise. Pela amplitude das agressões microeconômicas ao sistema econômico e aos seus regimes de mercado, não se deve, entretanto, centrar a responsabilidade ao *boom* hipotecário – a hipoteca do exagero – que paralelamente ao declínio dos salários médios fortaleceu a crise sob a questionada timidez do FED, ainda que de forma diferenciada da observada em 1929.

A inadimplência do crédito imobiliário somada à queda continuada da taxa marginal de lucro do sistema financeiro neoliberal, que sob a égide da interdependência bancária, da questão energética, dos paradoxos republicanos (2001-2008) e da redução de aliados no cenário financeiro internacional haveria de fixar as coordenadas da auto-dependência da maior economia global. Além do mais, esse conjunto de ocorrências haveria de comprometer o crescimento de economias interligadas, a exemplo da japonesa e as dos países membros da União Européia (UE), inclusive, demonstrando que o tratamento ortodoxo sem resultados pode conduzir o Ocidente, ainda que de forma gradual, à busca de

novos mecanismos para o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial.

Os desencontros entre as principais autoridades monetárias norte-americanas capitaneadas por Henry Paulson, secretário do Tesouro e autor do plano de recuperação; Charles Schumer, presidente da Comissão Econômica Conjunta do Senado; Chris Dodd, senador pelo Estado de Connecticut e presidente do Comitê Bancário do Senado; John Boehner, líder da minoria republicana na Câmara de Representantes (Câmara Federal); e Nancy Pelosi, deputada democrata pelo Estado da Califórnia e atual presidente da Câmara de Representantes, teriam como conseqüências imediatas a recusa pela Câmara do Plano Paulson – bail out, uma saída com garantias pelas empresas norte-americanas – e a momentânea incredulidade de vários homens de Estado sobre a magnitude dos perigos ameaçadores da atual crise.

As conseqüências da incredulidade puseram novamente o capitalismo em questão, quanto à sua validade como sistema hegemônico. Neste momento não há outro sistema econômico alternativo como em 1929 e as relações entre Estados sustentam-se em seus corolários e, ao que tudo parece, esta sustentação há de prevalecer por muito tempo.

Reformas econômicas são exigidas a passos rápidos, pois todas as economias de mercado estão sendo afetadas. A posterior aprovação do Plano Paulson com a injeção inicial de US\$ 700 milhões ameniza os efeitos da crise, mas não a soluciona – tendo em vista que esta é globalizada – fato contrário ao que as empresas e mercados de crédito desejam de forma imediata, ainda que algumas regras de mercado sejam quebradas e novas formas de regulamentação, até então aleatórias, possam ser implementadas pelo FED.

A solução, que não é imediata, exige acima de tudo, inovações macro e microeconômicas estruturais, pois os tratamentos econômicos e políticos ortodoxos já demonstraram não ser suficientemente eficazes para compensar os custos de oportunidade das sociedades capitalistas, até então vencedoras sem contestação de sistemas econômicos alhures.

Altas injeções monetárias nos mercados de crédito, redução de depósitos compulsórios, redução

das taxas de juros, leilões de moedas estrangeiras pelos bancos centrais e dos gastos públicos, além de isenções fiscais e eliminações de barreiras alfandegárias, como também não alfandegárias atenuam e criam novo fôlego para as economias desenvolvidas e periféricas. Entretanto, não asseguram seus mercados de crédito, não compensam perdas nas bolsas de valores e nem imobilizam os estragos decorrentes das avalanches financeiras. Nelas, os efeitos têm se mostrado diferenciados e ameaçadores à ordem econômica mundial, cuja movimentação em função da crise já ultrapassa US\$ 11 trilhões, cifra ameaçadora à estabilidade empresarial dos diversos regimes de mercado.

Para as economias periféricas – mais próximas das possibilidades de recessão – a exemplo das latino-americanas, asiáticas e em menor grau para as africanas, os efeitos da crise já se fizeram sentir até mesmo nas pequenas e médias empresas. No contexto geral ameaçam a estabilidade político-econômica e cambial, o curso dos investimentos, a sobrevivência das empresas exportadoras, o turismo, a liquidez dos mercados, a inclusão social e, ainda, a sustentabilidade ambiental, necessária à regularidade das taxas de crescimento.

Aleatoriamente aos possíveis efeitos de uma bail out exclusivamente norte-americana, as pequenas e médias empresas e a classe média das economias emergentes estão sendo atingidas em relativa velocidade – através dos mecanismos de preços e

salários e da poupança familiar – diferenciada da que será necessária para a implementação do plano Paulson. Por outro lado, a diplomacia já vislumbra novos caminhos onde os passos estão sendo estabelecidos pelas realidades econômicas. A não capitalização com distribuição dos resultados do Plano Paulson poderá estender o inverno capitalista e, antes do médio prazo, para o mundo globalizado, antecipar a nova ordem econômica, em um novo eixo hemisférico, a ser supervisionada pelos blocos econômicos, selecionados onde o distanciamento entre as loucuras monetárias e o crescimento sustentável predomine.

Recebido em 10/10/2008

Aprovado em 14/10/2008

Palavras chaves: Estados Unidos, crise econômica, globalização

Key words: United States, financial crisis, globalization

Resumo: o artigo trata da crise econômica. Iniciada nos Estados Unidos, ela se espalha pelo restante do planeta. O artigo considera possíveis soluções para ela.

Abstract: the article deals with the economic crisis. Initiated in the United States, the crisis has spread to the rest of the planet. The article discusses the possible solutions.

